



IFBA e IF Baiano têm *campi* ameaçados pelo MEC Pág. 2



CRES e Conape articulam lutas em defesa da educação Pág. 4

Jornal APUB

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



congresso
docente
da apub

50 anos Apub: o movimento docente e o futuro da universidade pública

EDITORIAL

Os próximos 50 anos

“Mas nós estamos fazendo essa revolução de pequenas e grandes batalhas, umas sangrentas, outras surdas, outras secretas...”

João Ubaldo Ribeiro (Viva o Povo Brasileiro)

O que 50 anos de existência representam? No dia 06 de agosto de 1968, nasceu a associação que viria a ser a Apub Sindicato. Da perspectiva de um país que enfrentou a violência da ditadura, resgatou a democracia - e viu ruir novamente - e enfrenta até hoje a violência da desigualdade, 50 anos parecem muito tempo. Mas a realidade é que a humanidade enfrenta o arbítrio e a classe trabalhadora se rebela contra a opressão há uma eternidade. Se sabemos de algo é que a nossa luta por justiça, por direitos, por igualdade, enfim, é uma luta sem tempo. Fazemos, aqui, a parte que nos cabe. Nesta edição, falamos sobre a vocação que cultivamos em nossa história: a defesa da educação pública e da Democracia. Mas também, e não menos importante, tratamos do que consideramos parte do nosso dever. O sindicato docente carrega a responsabilidade e o privilégio de poder se inserir em múltiplos espaços. A nossa base é formada por mentes acostumadas à reflexão, e em diferentes áreas do conhecimento. Por isso, acreditamos que temos potencial para contribuir ainda mais na renovação do movimento sindical e na transformação da nossa sociedade. E é com este espírito de renovação das pautas e métodos que realizaremos o I Congresso Docente Apub (págs. 6 e 7), de 22 a 25 de agosto. O Congresso será uma oportunidade para rediscutir as tradicionais bandeiras e entender a evolução das questões sociais nas últimas décadas, incluindo pautas tão urgentes, como o combate ao racismo e machismo na nossa universidade e na sociedade em geral, do ponto de vista da interseccionalidade (pág. 8). Aqui no Jornal, ainda abordamos a judicialização da política brasileira e suas consequências para a democracia (pág. 3). Traze-mos também o registro (págs. 4 e 5) do compromisso da Apub com a agenda da educação pública, nacional e internacionalmente, através da intensa participação, juntamente com o PROIFES, na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) e também na III Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES). Sabemos a magnitude das lutas que nos esperam, mas reafirmamos o nosso lugar nessa história coletiva de resistência. Que possamos estar juntos e juntas nos próximos 50 anos.



IFBA e IF Baiano têm *campi* ameaçados pelo MEC

A medida é um ataque frontal à autonomia dos Institutos Federais e abre precedente para que outros campi sejam extintos

No dia 15 de junho, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação anunciou a decisão unilateral de unificação dos *campi* do Instituto Federal da Bahia e do Instituto Federal Baiano, ambos da cidade de Valença. O MEC programou visita técnica às duas instituições no dia 19 - impedida pela mobilização organizada pelos/as estudantes contrários/as à medida. Em nota emitida nesse mesmo dia, o Conselho Superior do Instituto Federal Baiano se posicionou contra a proposta, alegando que a decisão representa mais um ataque à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que já vem sendo ameaçada de desmonte através de cortes orçamentários e pela imposição da reforma do ensino médio.

Em conversa com a Apub, o professor Erasto Felício (IFBA - Valença Tendo) relatou o histórico de movimentação política do campus e criticou a atuação do MEC: “A Lei que criou os Institutos Federais dá a eles autonomia patrimonial, administrativa e didático-pedagógica. É estranho que o MEC agora vá fazer uma ingerência dizendo quais *campi* devem ser de quem. O *campus* é nosso”. Em sequência, no dia 27 de junho, foi convocada a Audiência Pública “Diga não à extinção de um dos Institutos Federais de Valença”, pela Comissão de Educação da Câmara de Vereadores da cidade; em Salvador, no dia 03 de julho, a Assembleia Legislativa da Bahia também realizou audiência para discutir a questão e definiu a elaboração de um relatório que será encaminhado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia e ao MEC.



JORNAL DA
APUB SINDICATO DOS
PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA

Rua Aristides Novis, 44,
CEP 40210-630
Federação - Salvador - Bahia

71 3235-7433
apub@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/
apub.sindicato/
twitter.com/apubsindicato

PRESIDENTA
Luciene da Cruz Fernandes

VICE-PRESIDENTE:
Ricardo Fernandes Carvalho

DIRETORA ADMINISTRATIVA:
Danielle Souto de Medeiros

DIRETORA FINANCEIRA:
Leopoldina Cachoeira Menezes

DIRETORA ACADÊMICA:
Raquel Nery Lima Bezerra

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
E CULTURA:
Hebe Alves da Silva

DIRETOR SOCIAL E
APOSENTADOS
Elvira Barbosa Quadros Cortes

Redação:

Anaira Lôbo,
Carolina Guimarães
e Jordan Dafné
ascom@apub.org.br
WhatsApp: 71 9.9157-0037

Diagramação:
Carlos Vilmar

Impressão:
Gráfica GRASB
Tiragem:
3.500 exemplares
Fechamento da edição:
16/07/2018

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

71 3235-7433
apubsindicato
apub@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/apub.sindicato
twitter.com/apubsindicato
www.youtube.com/ApubSindicato

Adicione o WhatsApp da Assessoria de Comunicação da Apub Sindicato e receba notícias e informações sobre a categoria.



O show do judiciário

ENTENDA COMO O PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PREJUDICA O FAZER DEMOCRÁTICO



A escalada da Operação Lava Jato na esfera midiática e o golpe que destituiu a presidenta eleita em 2016 escancararam o protagonismo que o poder judiciário adquiriu no país. Sintoma ou causa, o show do judiciário está fortemente relacionado à fragilização da nossa democracia.

A juíza Emília Teixeira, da Associação de Juízes para a Democracia, explica que o papel do judiciário se limita à aplicação das regras determinadas pelo poder constituído para reger a sociedade, logo, está intimamente ligado a política. No entanto, Emília ressalta que há um fenômeno relativamente recente no âmbito do Poder Judiciário que é a sua hipertrofia para assumir funções que são tipicamente dos Poderes Executivo e Legislativo. “Isso causa um desbalanceamento no sistema de separação dos poderes, concentrando excessivo poder no Judiciário e, em especial, no momento em que há um decréscimo na confiabilidade da população nos poderes Executivo e Legislativo, põe em risco a estabilidade democrática”, afirma.

Para além da subversão de papéis, a judicialização também “assume ares de disputa com a soberania popular, na medida em que usurpa o poder dos representantes eleitos, sob a alegação de que se portam de modo omissivo e ineficiente”, conforme avalia Marília Lomanto, professora de Direito Penal e Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Asso-

ciação Brasileira de Juristas pela Democracia. “O judiciário e seus ritos, suas vestes, sua linguagem afiada no conteúdo e propositalmente indecifrável compõem a mística de um poder distante do povo, mas aberto ao diálogo e à bajulação dos poderosos, com os interesses de cunho pessoal acima do texto constitucional”, completa a professora.

As especialistas ainda apontam a retirada da presidenta Dilma Rousseff em 2016, sem crime de responsabilidade, como a gênese da intensificação desse processo nos tempos atuais. “A divulgação da conversa entre Lula e Dilma ulceram a Lei 9.296/1996, que determina gravações autuadas em apartado e permanência sob sigilo desse material. Moro deveria ter declarado ilegal a prova, jamais utilizar politicamente seu conteúdo”, explica Marília. O próprio processo do impeachment, bem como as medidas que vieram depois – como a Reforma Trabalhista e a própria Emenda do teto de gastos – mantiveram o “verniz” de legalidade, embora tenha tido efeitos práticos frontalmente contrários ao espírito da Constituição de 88: “é exatamente um “esvaziamento” sistemático do conteúdo da Constituição o que estamos vivenciando. A Emenda que congelou por 20 anos os gastos com saúde e educação; a redução do financiamento de moradias populares; a reforma trabalhista e proposta de reforma da previdência, todas essas medidas se inserem neste contexto. Vale destacar que muitas destas supressões de direitos ocorreram sem uma efetiva alteração do texto constitucional. Foram realizadas apenas pela redução do significado, do conteúdo inerente ao texto constitucional, transformando-o em uma casca, oca de significado”, diz Emília.

O esvaziamento do texto constitucional se rela-

ciona ainda com o recrudescimento na área penal, uma questão que dialoga com grande parte da população brasileira, para quem problemas sistêmicos como corrupção e segurança pública seriam resolvidos com maior rigor penal. “Existe um senso comum punitivista, muito trabalhado pela mídia corporativa”, afirma Emília. “Aquele discurso de que o grande problema do Brasil é a impunidade, somado à criação de figuras de “inimigos” que precisam ser combatidos através de verdadeiras guerras, como a guerra contra as drogas, o combate à corrupção. Tudo isso são discursos com uma grande carga ideológica que são passados para a população para justificar todo e qualquer excesso ou abuso na atuação judicial”.

E como tentar conter possíveis abusos? O primeiro órgão de controle do Judiciário no Brasil surgiu durante a ditadura militar, na Constituição Federal de 1967, através do Conselho Nacional da Magistratura, mas foi eliminado na abertura democrática, por ser entendido como marco do autoritarismo daquela conjuntura. Após Reforma do Judiciário, em dezembro de 2004, a responsabilidade foi passada para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Marília Lomanto aponta uma nova forma de atuação do órgão controlador como um caminho viável para evitar os abusos. A professora acredita que “o judiciário envelheceu, de um envelhecimento triste, retraído e excludente, apostando no culto das ignotas tradições e perenes bajulações” e que a garantia de uma renovação do judiciário, pautada na aproximação com a sociedade, e em uma instância cada vez menos ideológica, elitista e seletiva, longe dos ritos e mitos inspirados pelo período medieval, é a chave para uma justiça mais democrática e que sabe até onde pode chegar.

Conape e CRES 2018 articularam lutas em defesa do direito à educação pública e gratuita

Ao mesmo tempo em que os projetos que desmontam a educação pública de qualidade são articulados pelo governo ilegítimo, organizações no Brasil e no mundo se mobilizam em resistência à mercantilização da educação e a favor da reivindicação do seu caráter de direito conquistado pelo povo e responsabilidade do Estado. A Apub e o PROIFES têm participado dessa resistência e estiveram envolvidos na construção da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), em Belo Horizonte, e na III Conferência Regional de Educação Superior - CRES 2018, realizada em Córdoba (Argentina), que celebrou o centenário da Reforma Universitária.



A presidenta da... participou do e... cultural e inter... uma intervençã... descolonizaçã... abordagem inte...



ABERTURA DA CRES

O PROIFES participou da abertura do evento marchando com centenas de estudantes, entidades sindicais, docentes e movimentos sociais.



ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DE PLANO DE LUTAS

Após dias de intensos debates, painéis, reuniões, mesas redondas e discussões em torno do Plano Nacional de Educação, seus eixos e suas metas, além de avaliações e proposições sobre as diferentes modalidades e níveis da educação no Brasil, a Conferência foi encerrada com a aprovação por unanimidade do Plano de Lutas (Documento Final) e da Carta de Belo Horizonte por mais de dois mil delegados e delegadas que estiveram presentes.



MARÇA DE ABERTURA

O combate à Emenda Constitucional 95 e aos retrocessos na educação deram o tom da abertura da Conape, que iniciou com uma grande marcha pelas ruas de Belo Horizonte. A Apub, o PROIFES e outros sindicatos federados compareceram, formando uma delegação de cerca de 60 pessoas.

CRES

JUNHO

DIA 26

DIA 24

DIA 25

MESA ORGANIZADA PELO PROIFES

O PROIFES promoveu a mesa "O Plano Nacional de Educação (PNE) à luz da EC 95", onde foi discutida a Educação brasileira em toda a sua extensão, com impactos já em curso na graduação, com impactos já em curso nos Direitos Humanos nesse contexto. A mesa foi organizada pelo PROIFES atual, Nildo Ribeiro (Apub Sindicato).

CONAPE

MAIO

a Apub, **Luciene Fernandes**, no eixo "Educación Superior, diversidad cultural en América Latina" e fez um discurso sobre a necessidade de uma educação com saberes e de uma educação com caráter interseccional.

DIA 13

DIA 14

A **CRES** foi finalizada com a divulgação do documento final ressaltando que a Educação Superior na América Latina e Caribe segue como um bem público social, um direito humano e universal e um dever dos Estados.



DIA 11

DIA 12

No segundo dia, o **PROIFES-Federação** participou do Fórum Acadêmico que discutiu os desafios para políticas públicas na educação superior. No mesmo dia, aconteceu a mesa 'Trabalho e direitos no centenário da Reforma Universitária - A participação dos sindicatos na democratização da educação superior', organizada pela IEAL.



DIA 10

ENCONTRO LATINOAMERICANO CONTRA O NEOLIBERALISMO

O Encontro Latinoamericano contra o neoliberalismo por uma universidade democrática e popular antecedeu a CRES e marcou a posição dos setores progressistas sobre os rumos da educação superior na América Latina e Caribe.



PROIFES DISCUTE PNE

"Análise do Plano Nacional de Educação é possível concluir que a EC95 vai inviabilizar todos os seus níveis, da educação básica à pós-graduação em 2018. O debate abordou ainda a questão do contexto, com falas do ex-coordenador do GT 1, Eduardo Silva (ADUFRGS-Sindical) e do representante do sindicato).



PARTICIPAÇÃO NOS EIXOS

A delegação da Apub participou de vários eixos da Conferência, referentes ao PNE. Luciene Fernandes e Nildo Ribeiro coordenaram o eixo "Planos decenais, SNE, educação e diversidade: democratização, direitos humanos, justiça social e inclusão". Uilma Matos, Sílvia Leite, Andrea Hack, Raquel Nery e Maria de Nazareth estiveram no eixo que discutiu "Planos decenais, SNE e financiamento da educação: gestão, transparência e controle social" e a professora Marta Lícia de Jesus ficou no eixo sobre "valorização dos profissionais da educação: formação, carreira, remuneração, condições de trabalho e saúde".





congresso docente da apub

O Congresso Docente da Apub já tem data para acontecer: entre os dias 22 e 25 de agosto. O período foi escolhido para coincidir com mês de aniversário da fundação do sindicato. Na mesma data do encerramento do Congresso, acontece, à noite, a festa comemorativa dos 50 anos da entidade.

O objetivo principal do congresso, ao reunir professores e professoras das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia, é discutir amplamente a conjuntura atual e as perspectivas para o movimento docente na defesa da Universidade Pública, inclusiva, autônoma e de qualidade.

A programação contará com Mesas de debate e Grupos de Trabalho, distribuídos em eixos temáticos que serão coordenados por docentes convidadas/os. Para a realização dos GTs, contamos com a contribuição de toda a comunidade universitária (docentes, corpo técnico-administrativo, estudantes de graduação e pós), através da submissão de trabalhos sobre os temas. A programação do Congresso será gratuita e aberta ao público.

Ciclo preparatório para o Congresso Docente

Em preparação para o evento, a Apub organizou uma série de debates abordando alguns dos temas que serão discutidos no Congresso. O primeiro desses encontros aconteceu durante o Fórum Social Mundial, com a presença do professor Luís Felipe Miguel (Unb), que falou sobre Universidade e Democracia. As atividades do ciclo foram retomadas em julho, aproveitando também para antecipar algumas discussões que perpassarão o XIV Encontro Nacional do PROIFES-Federação (25 a 28/07), com a realização de duas mesas nos dias 04 e 11- a primeira sobre “Financiamento da educação, ciência e tecnologia” e, em seguida, “Perspectivas do Movimento Sindical docente e interseccionalidade” - e por último, no dia 18, um Seminário de Avaliação da Conape e Cres 2018.



Financiamento da Educação, Ciência e Tecnologia

No dia 04 de julho, a Apub sediou o debate sobre Financiamento da Educação, Ciência e Tecnologia. O pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA, professor Olival Freire, compôs a mesa junto com a presidenta da Apub e vice-presidenta do PROIFES, Luciene Fernandes. Em sua fala, ela apresentou o panorama atual de redução de verbas para as universidades públicas e institutos federais, que tende a ser agravado com a Emenda Constitucional

95 (congelamento de investimentos públicos por 20 anos), medida que inverte a lógica do Plano Nacional de Educação. Olival Freire fez um resgate da história da ciência e tecnologia no Brasil, apontando alguns ciclos de investimentos que o país vivenciou, que consolidaram um cenário promissor para a ciência brasileira, agora ameaçado. Ele defendeu que a sociedade precisa ser esclarecida a respeito do papel da ciência no seu desenvolvimento.



Interseccionalidade no movimento sindical docente

O Ciclo de Debates pautou, no dia 11 de julho, o tema da interseccionalidade no movimento sindical docente. O evento contou com o professor Cláudio André de Souza da Unilab e a professora Edilza Sotero, da Faculdade de Educação da UFBA. O professor ressaltou a existência de projetos em disputa na sociedade e o papel estratégico dos movimentos nesse contexto. Ele acredita que o momento é de reordenação de projetos políticos “e a gente não pode deixar de considerar esse tripé de gênero, raça e sexualidades e suas interseccionalidades e, ao mesmo tempo, a gente percebe que, no sistema político a gente não consegue alcançar a representatividade desses projetos”. Já a professora Edil-

za apresentou uma perspectiva histórica sobre o conceito de interseccionalidade e suas aplicações, especialmente como ferramenta metodológica para compreensão e análise da sociedade, considerando como múltiplas opressões se configuram. No âmbito acadêmico, referiu-se aos dados que revelam que as mulheres são maioria das estudantes de pós-graduação, mas ao considerar o marcador “raça”, as mulheres negras estão excluídas desse espaço. “O sujeito da precariedade é apenas um sujeito que deve ser integrado dentro da bandeira de luta de um dos movimentos sociais ou ele pode ser entendido como um agente da transformação?”, deixou como questionamento final.

Seminário de avaliação da Conape e CRES 2018

A agenda do Ciclo de Debates se encerrou no dia 18 de julho com o Seminário de avaliação da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) e da Conferência Regional de Educação Superior da

América Latina e Caribe (CRES), do qual participaram docentes representando a Apub Sindicato e o PROIFES-Federação. O Seminário foi uma forma de analisar a realização e os encaminhamentos das conferências.

PROGRAMAÇÃO

22/08 (QUARTA-FEIRA)

Conferência de Abertura

17h Mesa de saudação e abertura

18h Debate “A Universidade e Democracia na Crise Brasileira”

- Armando Boito (Unicamp)
- João Carlos Salles (reitor da UFBA)
- Eugenia Augusta Gonzaga (Presidenta da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos)

23/08 (QUINTA-FEIRA)

13h Oficina de Gestão de Carreira e Preparação para Aposentadoria

14h Grupos de Trabalho

- GT Direitos Humanos: raça/etnicidade e gênero e diversidade sexual
- GT Universidade, Cultura e Democracia
- GT Financiamento, expansão e condições de trabalho
- GT Autonomia e judicialização da vida universitária

17h30 Mesa “Análise de conjuntura e construção de um Projeto para o Brasil”

- José Sergio Gabrielli (UFBA)
- Luis Nassif
- Tatiana Berringer (UFABC)

24/08 (SEXTA-FEIRA)

13h Oficina de Apresentação jurídica sobre plano de carreira e principais ações dos docentes (Pedro Ferreira)

14h Grupos de Trabalho

- GT Educação, Ação Política e Democracia
- GT Ciência e Tecnologia
- GT Comunicação e Democracia
- GT Carreira e Aposentadoria

17h30 Mesa “Desafios do Movimento Docente”

- Ronaldo Pagotto (Projeto Brasil Popular)
- Nilton Brandão (PROIFES)
- Paula Marcelino (USP)
- Representante da Campanha Conhecimento sem Cortes

25/08 (SÁBADO)

09h30 Plenária Final

- Apresentação das sínteses dos Grupos de Trabalho
- Apresentação das sínteses das mesas
- Encaminhamentos e Moções
- Documento final do Congresso

11h30 Encerramento

Mais informações www.apub.org.br/congresso

MOVIMENTOS SOCIAIS

Interseccionalidade: uma questão de classe

O conceito propõe novos olhares sobre a realidade para os movimentos sociais, incluindo o movimento docente

Em julho de 2017, a filósofa e ativista Angela Davis fez uma concorrida palestra na reitoria da UFBA na qual afirmou: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”. Esse pensamento explicita o conceito da interseccionalidade, formulação da qual Davis é uma das referências. Este não é um conceito novo dentro das teorias sociais, porém ganha fôlego na atualidade, diante da urgência de produzir uma intervenção política que considere as múltiplas e conjugadas opressões. Surgido, principalmente, a partir da produção teórica do chamado feminismo negro nos Estados Unidos, pressupõe que há um cruzamento entre as relações de poder de raça, sexo e classe, que organiza de maneira indissociável um sistema de dominação global, porém com efeitos diversos e específicos sobre a vida das pessoas a partir de suas características biológicas, culturais, sociais.

O tom de atualidade que a teoria ganha advém do crescimento e visibilidade dos movimentos por vezes tratados como “identitários”, que trazem, inclusive, pautas além das já citadas, como as relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade. Tais movimentos dizem respeito ao conjunto da sociedade, eles traduzem a luta pela superação das violências e estratificações sistêmicas, porém não é raro que sejam apontados como responsáveis por causar fissuras ou dispersão na luta da classe traba-

lhadora. Em seu livro, “Mulheres, Raça e Classe”, Angela Davis aborda a falsidade desse dilema, indicando, inclusive como, no contexto norte-americano, o discurso de “competição” entre raça e classe foi utilizado de forma estratégica pelas elites: “o conflito racial não emergiu de modo espontâneo, mas sim foi conscientemente planejado por representantes da classe econômica em ascensão. Estes precisavam impedir a unidade da classe trabalhadora a fim de facilitar seus próprios projetos de exploração”. Quem de fato, então, provoca a divisão da classe trabalhadora e a quem ela interessa? E ainda: quem são os sujeitos que compõem esta classe?

No Brasil, por exemplo, as mulheres são a maioria da população - 51,5%, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílio Contínua de 2016 do IBGE -, que em termos étnicos-raciais também é composta em grande parte por pessoas autodeclaradas negras (54,9% entre pretas e pardas, de acordo com a classificação do Instituto). E são justamente estas parcelas da população que sofrem diretamente os problemas considerados de classe: estão nos piores postos de trabalho, considerando condição, valorização e remuneração, principalmente as mulheres negras; têm pouco ou nenhum acesso à terra, moradia digna e ao sistema de saúde; possuem baixa escolaridade; e ainda, estão mais suscetíveis (para não dizer totalmente expostas) à violência, encarceramento e assassinato.

Em contrapartida, se considerarmos o contexto acadêmico, a ausência da po-

pulação negra é estarrecedora, especialmente entre as docentes. Há 219 professoras doutoras pretas em cursos de pós-graduação do Brasil, representando apenas 0,4% do total do corpo docente do país, segundo a publicação dos dados coletados no Censo da Educação Superior (2016), realizado através de questionário enviado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação e recolhido pelas instituições de ensino. As mulheres negras (pretas e pardas) com doutorado não chegam a 3% do total de docentes. Neste Censo, 44% de professores/as escolheram não declarar sua raça ou etnia.

Desse modo, para uma reflexão crítica sobre a realidade brasileira, é preciso não apenas constatar que essas relações de poder coexistem, e sim entender que

elas são interdependentes. A pensadora brasileira Lélia Gonzalez aponta, por exemplo, para a construção de um feminismo negro latino-americano, uma vez que nossa realidade colonial suscita a necessidade de formulações específicas. De modo semelhante a Davis, ela aponta² que a ausência - o “esquecimento” - das opressões de gênero e raça são justamente o que provocam o enfraquecimento das lutas de classes. Pois, ao não se denominar a causa específica de uma opressão, ela pode ser mais facilmente “apagada” por quem detém o poder. Portanto, a interseccionalidade traz a perspectiva de um olhar ampliado e não a primazia de uma opressão sobre a outra. Assumem-se as diferenças e a diversidade como fontes de maior representatividade e de mais força social para lutar pela transformação radical da sociedade.

E o movimento sindical nesse contexto?

Em consonância com a emergência dessas discussões, o PROIFES-Federação criou, em 2016, o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e sexualidades, fruto de resolução do seu XII Encontro Nacional. O objetivo do grupo, que vem a cada dia ampliando suas perspectivas de atuação, é contribuir para a superação das diversas formas de opressão e discriminação social, tanto dentro do movimento sindical quanto na prática docente. “Estamos construindo teses sobre as temáticas específicas e pautando novas questões, como a da deficiência”, relata o professor Nildo Ribeiro (ICS/UFBA), coordenador nacional do GT. Ele explica que estão sendo pensadas atividades locais, além da realização anual do Encontro Nacional do GT - cuja primeira edição foi em Salvador no fim do ano passado.

1 DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 129-130.

2 GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*. 1984 p. 223-244.

“quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”.

Angela Davis

